

**XV Competição Julgamento Simulado  
do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**

**Respostas às perguntas do caso  
RADICAL RADIO VS. CHIRILAGUA**

<b>Pergunta</b>	<b>Resposta</b>
<p>Poderia haver alguma incongruência entre os parágrafos 33 e 8 quanto aos mortos no dia do Facebookaço—3 de março? O parágrafo 8 menciona 6 mortos e 15 feridos, e o 33 menciona 3 mortos (2 civis e um policial).</p>	<p><i>A informação solicitada está clara nos fatos do caso (ver pars. 8 e 26).</i></p>
<p>O parágrafo 27 do caso aponta que um grupo de jovens tentou colocar fogo nas urnas. Eram opositores do governo?</p>	<p><i>Segundo informação da imprensa, os jovens faziam oposição ao referendo.</i></p>
<p>O Sr. William Garra se encontrava no lugar dos fatos que ocorreram na cidade de San Pedro de los Aguados em 3 de março de 2008, em virtude dos quais morreram cinco civis e um policial?</p> <p>Durante as manifestações do facebookaço, William Garra, jornalista da Radical Radio, estava transmitindo o evento das ruas, ou dos estúdios da rádio?</p>	<p><i>Encontrava-se nas instalações da Radical Radio.</i></p>
<p>O parágrafo 26 fala de distúrbios no dia do Facebookaço. Posteriormente, são mencionados os processos judiciais contra os jornalistas que cobriram e incitaram o evento. Existem também processos judiciais internos contra os policiais e os manifestantes que ocasionaram as mortes e feridas?</p> <p>No contexto de seis mortes ocorridas durante o Facebookaço, três delas foram imputadas ao William Garra. Foram as seis mortes devidamente</p>	<p><i>Foram iniciadas de ofício investigações criminais e disciplinares pelos atos de violência ocorridos. Não foi possível esclarecer a identidade daqueles que atentaram contra a vida dos manifestantes e portanto o processo penal permanece aberto.</i></p>



<p>Corte Constitucional; que hierarquia existe entre elas e que competência territorial e material possui cada uma?</p> <p>Quais são as instancias de controle constitucional no Estado de Chirilagua?</p>	<p><i>Nação está distribuída em seis Turmas administrativa, Eleitoral, Constitucional, Trabalhista e Plenário. Os órgãos são encarregados de funções regulamentados pela legislação do país.</i></p> <p><i>O controle constitucional é difuso e pode ser exercido pelo Tribunal da República.</i></p>
<p>Existem outros recursos específicos em Chirilagua, além de ação constitucional, para a proteção de direitos?</p>	<p><i>Existem vários recursos internos. No âmbito constitucional, há o recurso de amparo dos direitos da pessoa.</i></p>

A cédula democrática foi utilizada após as eleições para efetivamente modificar a Constituição de Chirilagua ou só serviu como consulta popular?

<p>menciona-se que uma licitação para a outorga de licenças seria aberta em janeiro de 2009. Se a resposta à petição foi realizada em janeiro de 2009 e não de 2008 (ver pergunta número 1) é possível que o autor tenha querido dizer que a licitação para outorgar licenças foi aberta em janeiro de 2010 e não de 2009?</p>	
<p>Os representantes das vítimas devem comparecer apresentando os mesmos fatos e artigos aos quais faz alusão o parágrafo 42 dos fatos do caso?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>

Segundo o disposto no parágrafo 44 do caso e tendo em conta que os regulamentos da Corte e da Comissão foram modificados em Dezembro de 2009, deve-se entender que os peticionários continuam alegando como supostas vítimas as emissoras Radical Radio e Radio Su-Versión?

*Tendo em vista o anúncio publicado no site da Competição e do email enviado na quarta-feira 20 de janeiro informando que deve ser entendido que as equipes que representam o papel de Comissão assumem o papel de representante da vítima, o Comitê Técnico da Competição gostaria de esclarecer que:*

Levando em consideração a alteração do Regulamento da Corte em novembro de 2009, o parágrafo 44 do caso hipotético se mantém inalterado no que diz respeito à inclusão da Radical Radio e da Radio Su-Versión como supostas vítimas?

*As equipes que receberam o papel de Comissão devem se apresentar tanto nas rodadas orais comoo*

De acordo com a recente modificação inerente ao funcionamento do Sistema Interamericano, as vítimas estão restringidas a invocar os artigos para os quais a Comissão encontrou violações (8, 13, e 15, em relação ao 1.1.)?

	<p><i>Portanto, esta decisão não afeta e nem muda em nada o funcionamento da Competição. A intenção dos organizadores é refletir a mudança que ocorreu no sistema recentemente, a partir da reforma do Regulamento da Corte que designou às vítimas um papel mais proeminente.</i></p> <p><i>Finalmente, o fato de que o Regulamento modificado da Corte tenha entrado em vigor em janeiro de 2010 e de que os fatos do caso fazem referência a circunstâncias anteriores, não tem nenhuma relevância para efeitos desta Competição.</i></p>
Em que consistiram as recomendações por parte da Comissão ao Estado de Chirilagua, as quais o último não cumpriu?	<i>Não é relevante para a solução do caso.</i>
O povo de Chirilagua é parte no caso perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
É possível um peticionário submeter questões à Corte que foram inadmitidas pela Comissão?	<i>Ver a Convenção Americana e os regulamentos da Corte e da Comissão.</i>
A menção à pessoa no artigo 92 da Lei Orgânica de Telecomunicações se refere à pessoa natural ou jurídica ?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Quais foram os argumentos utilizados pela COFERETEL para declarar o descumprimento por parte da Radical Radio do disposto no artigo 92 da lei orgânica de telecomunicações (parágrafo 30)?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Antes do falecimento de María Luisa Peroni, quem era o titular da concessão de uso do espectro eletromagnético	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>

utilizada pela Radio Cadena Básica?	
As pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo 41 fazem referência às estações de rádio ou à Federação Interamericana de Mídia para a Democracia?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Qual a justificativa da Coferetel para não aprovar a proposta da ACOSINTI já que se tratava da única rádio operando na região de San Pedro, considerando o direito a igualdade de oportunidades e pluralismo informativo citado na Constituição de Chirilágua? (par. 20)	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Conforme o parágrafo 21 dos fatos do caso, quais foram as razões pelas quais não foi aprovada a solicitação da ACOSINTI nas duas licitações realizadas pela COFERETEL?	







*regulamentador informou que esperava conceder 100 licenças para rádios comerciais e 100 licenças para rádios comunitárias.*

Fazendo referência ao parágrafo 12. Quais são os requerimentos estabelecidos na Lei 56 de 1976, com relação ao representante legal e ao titular de concessão?

Com relação ao parágrafo 13, a questão é que tanto o representante legal E o **titular da concessão** listados nos registros da COFERETEL são inconsistentes com o representante legal e o titular da concessão apresentados por Melanie em seu requerimento feito no parágrafo 12, OU que o nome do representante legal é inconsistente com o nome do **titular da concessão** que a COFERETEL tem arquivado em seu registro?

Poderia esclarecer quem era o titular da concessão, quem era ou eram os acionistas e quem era o representante legal da Radical Radio e se algumas destas qualidades foram transmitidas por via sucessória?

Byron Dayle, além de representante legal da Radical Radio, era também seu titular?

Quem são os representantes da Radical Radio reconhecidos legalmente?

De acordo com quais parâmetros e em que condições legais se outorgou a Maria Luisa Peroni a concessão sobre o espectro eletromagnético em 1965?

A quais pessoas jurídicas foi outorgada a titularidade da concessão que utilizou a Radio Cadena Básica e que seguiu



constitucional, ACOSINTI ou Radio Su-Versión?	
Com base no princípio de igualdade perante a lei, que fundamentos foram apresentados ou suscitados para que o Tribunal resolvesse anular o processo contra Byron Dayle relativo ao delito de Furto de bens do Estado , assim como absolver os delitos de instigação a delinquir e difamação contra o Presidente da República?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>

*conflitos entre o cidadão e o Estado (jurisdição do*

As sentenças proferidas pelo Tribunal Administrativo podem ser modificadas pelo Poder Judiciário?

Como são definidos os termos  
Assassinato

<p>DE APELAÇÕES é a última instância existente para Melanie Pereira, Byron Dayle, Francis Hoffman y William Garra apelarem das condenações lhes imputadas?</p>	<p><i>Sim.</i></p>
<p>A ação constitucional tem os mesmos efeitos que o recurso de amparo ou a ação de tutela e, neste sentido, existia algum impedimento de fato ou de direito para ajuizá-lo contra as sentenças penais ou contra o Código Penal de Chirilagua?</p> <p>Qual é a natureza jurídica da ação constitucional?</p> <p>Dado que a jurisprudência reconheceu a procedência da ação constitucional contra atos administrativos, esta também é procedente contra sentenças de segunda instância em matéria penal?</p> <p>A ação constitucional (parágrafo 22 do caso hipotético) cumpre no Estado de Chirilagua a função e os objetivos da ação conhecida em outros países como a de <i>Amparo</i> ou de <i>Tutela</i> para a proteção efetiva dos direitos fundamentais da pessoa?</p>	<p><i>Sim. A ação constitucional referida nos fatos corresponde ao que em algumas jurisdições é conhecida como Ação de Amparo a Ação de Tutela.</i></p> <p><i>A ação constitucional não procede contra sentenças judiciais.</i></p>
<p>Quem é o titular da ação do delito de difamação?</p> <p>No parágrafo 41 há uma menção à nova Lei Orgânica de Comunicações'. Quando foi promulgada a lei, e poderia elaborar mais sobre a maneira tripartite pela quais concessões são reguladas?</p>	<p><i>Em caso de difamação contra funcionários públicos ou em casos nos quais a ordem pública ou o interesse nacional seja afetado o titular da ação é a pessoa diretamente afetada ou o próprio Estado.</i></p>

